



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO EDUCACIONAL OSMAR DE AQUINO  
CAMPUS III - GUARABIRA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**EMMANUEL PAULINO DE LUNA**

**A questão agrária na Paraíba: uma análise histórica sobre a consolidação da CPT-PB**

**GUARABIRA – PB**

**2014**

**EMMANUEL PAULINO DE LUNA**

**A questão agrária na Paraíba: uma análise histórica sobre a consolidação da CPT-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto.

**GUARABIRA - PB**

**2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L961q Luna, Emmanuel Paulino de  
A questão agrária na Paraíba [manuscrito] : uma análise histórica sobre a consolidação da CPT-PB / Emmanuel Paulino de Luna. - 2014.  
33 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.  
"Orientação: Francisco Fagundes de Paia Neto, Departamento de História".  
  
1. Questão Agrária. 2. Pobres do Campo. 3. Reforma Agrária. I. Título.  
21. ed. CDD 333.31

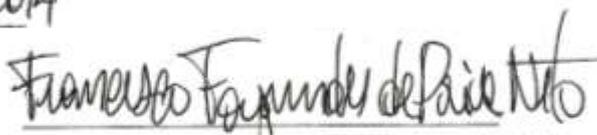
EMMANUEL PAULINO DE LUNA

**A questão agrária na Paraíba: uma análise histórica sobre a consolidação da CPT-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto.

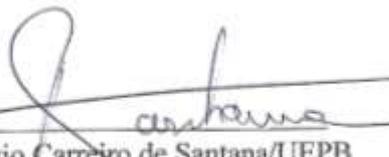
Aprovado em 16.07.2014



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto/UEPB  
Orientador



Prof. Ms. Wilson Cesar Schenato/IFPB  
Examinador



Prof. Ms. Flavio Carreiro de Santana/UEPB  
Examinador

## **A questão agrária na Paraíba: uma análise histórica sobre a consolidação da CPT-PB**

Emmanuel Paulino de Luna<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Os estudos sobre conflitos do campo na Paraíba, como em todo país, possuem diversos trabalhos nos anos recentes, a partir de perspectivas teóricas diversas, mergulhadas nas mais variadas áreas das ciências humanas. O nosso objetivo neste artigo, é tecer uma breve análise sobre a questão agrária no Brasil, visualizando os conflitos agrários, que possibilitaram várias experiências de luta, das quais o campesinato brasileiro consolidou-se como classe social. Utilizamos enumeras abordagens, realizadas em diversas pesquisas, bem como os seus aspectos empíricos; contextualizando historicamente com o surgimento da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e sua atuação, contribuindo como mediadora e promotora da reforma agrária no Estado da Paraíba.

**Palavras-chave:** Questão Agrária, Pobres do Campo, CPT, Paraíba.

A luta pela terra desde a ocupação portuguesa na América, até a contemporaneidade, apresenta expressões variadas, conforme os grupos comunitários/sociais envolvidos em cada contexto específico e as experiências de resistências no espaço agrário brasileiro, que não são recentes, se fazendo presentes desde a colonização até os nossos dias. Com o início do processo de colonização europeia, as variadas tribos indígenas pré-cabralianas foram pressionadas a deixarem as zonas por elas habitadas, e por muitas vezes foram forçadas a trabalhar em engenhos, porém não fugindo da resistência. Durante a fase inicial do cultivo da cana-de-açúcar na América Portuguesa as populações nativas foram empregadas nas plantações, sendo o “anseio de submeter o indígena (...) o elemento central da ideologia dominante do mundo colonial lusitano” (HOLANDA, 2000 p.83). Essa submissão, que perpassava as relações sociais dos homens brancos com as tribos nativas, promoveu os processos de resistência como forma de manutenção das comunidades, e, conseqüentemente, a luta pela terra já nas primeiras décadas da colônia lusitana.

No século XVI com a chegada de negros africanos para o trabalho escravo, principalmente na monocultura açucareira, somaram-se dois elementos que representaram a

---

<sup>1</sup> Aluno do curso de Licenciatura Plena em História, turma 2010.2, pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, na cidade de Guarabira/PB.

exploração dos grupos relacionados à acumulação primitiva do capital sobre grupos marginalizados, que por sua vez, são à base do desenho das desigualdades sociais em diversas instâncias, entre elas, o latifúndio nas terras da América Portuguesa, que hoje chamamos de Brasil. Essa afirmação assenta-se em um processo de cerca de 5 (cinco) séculos, que vai da *plantation* açucareira ao atual agronegócio, com a reprodução social, nas instâncias política e econômica, dos grupos/classes proprietários de terras. Esse processo histórico relaciona-se a um contexto associado a um processo de colonização e de imposição de uma cultura europeia nos trópicos, conforme a seguinte reflexão:

Surgiu de uma lógica geopolítica de povoamento, articulada à ocupação de terras públicas consideradas “vazias” – sem qualquer consideração pela população nativa, classificada como nômade e incivilizada [...]. (SEYFERTH, 2002 p.119)

Percebemos na afirmação de Seyferth (2002), que a questão da luta pela terra, vem de uma estrutura agrária desigual, gerando conflitos com a chegada dos europeus com a acumulação primitiva do capital, num arranjo sociológico que em nenhum momento respeitou as culturas indígenas, considerando a população nativa como “incivilizados”. A distinção entre a presença do Estado lusitano *versus* as comunidades indígenas, bem como a concepção de “civilização” *versus* barbárie, legitimava a colonização e o jugo sobre índios e negros oriundos da África. O povoamento branco promoveu o latifúndio baseado a princípio na exploração e exportação do pau Brasil para o tingimento de tecidos na Europa e, posteriormente, na monocultura açucareira; fruto de uma cultura expansionista Ibérica, que possibilitou segundo Prado Júnior: “a grande exploração rural” por meio: das grandes propriedades (engenhos), da monocultura, e do trabalho escravo; esses três elementos integrados, estabeleceram o sistema de produção e exploração do trabalho na América Portuguesa “isto é, a reunião **numa mesma unidade** produtora de grande número de indivíduos; isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira” (PRADO JÚNIOR, 1961, p.117).

Em meio à exaustiva resistência e crescente expulsão/extinção dos povos nativos, que foram conseqüentemente perdendo seus territórios e se adentrando cada vez mais aos sertões<sup>2</sup>, numa luta desigual com seus colonizadores, ocorreu a necessidade da substituição da mão-de-

---

<sup>2</sup> O termo aqui não se refere ao conceito atual da região seca e semiárida, e sim as regiões não habitadas e distantes do litoral já urbanizado, os colonizadores chamaram de “desertão” (grande deserto), posteriormente de “sertão”. Para aprofundar a questão ver Antonio Filho (2011).

obra, objetivando a consolidação do povoamento e o êxito da atividade açucareira. Os escravos negros foram trazidos no século XVI com o objetivo de suprir a carência da mão de obra. A população negra no Brasil teve um crescimento vertiginoso, por meio da chegada de tantos navios negreiros, e a posse de escravos africanos e seus descendentes, representava uma clara evidência de acumulação de capital. Os negros eram tratados como verdadeiros objetos a serviço dos seus senhores, essa opressão levou a população negra a organizar núcleos de fugas denominados “quilombos” como forma de resistência a estrutura social escravocrata. Segundo Silva:

Os quilombos são a materialização da resistência negra à escravização, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também à discriminação racial e ao preconceito. (SILVA, 2012, p. 6)

Como percebemos na afirmação do autor, os quilombos representavam a materialização da resistência negra, esse núcleo de resistência, por muitas vezes eram organizações rurais (não sendo regra, porque também existiram nas franjas de áreas urbanas) e tiveram seu auge entre XVI e XIX. Palmares foi sem dúvida, o mais conhecido entre os quilombos por sua grandeza populacional<sup>3</sup>, e resistência no período colonial, tendo seu auge no século XVII, teve como último líder (e mais conhecido) o Zumbi que foi vencido junto com Palmares em 1694, e morto no ano seguinte.

A organização quilombola não se configura apenas como uma forma de luta por território, a resistência negra permeia além das questões agrárias e econômicas, visualizando uma necessidade cultural de existir enquanto povo, sendo assim, um espaço livre pra suas expressões culturais e religiosas em meio a uma colônia europeizada. Assim:

[...] o processo de territorialização quilombola constitui-se muitas vezes, na luta para continuar a existir, na reinvenção de uma identidade política portadora de direitos que é informada por uma memória ancestral. (SILVA, 2012, p.3).

Pelo caráter social onde o espaço agrário é utilizado como forma de resistência e subsistência, através das culturas agrícolas, e da expressão cultural em territórios organizados por uma parcela da população empobrecida. Assim, os quilombos que iniciaram já no período

---

<sup>3</sup> Teve o seu ápice em população e organização no período de 1624 a 1654, onde especula-se aproximadamente 11 mil habitantes segundo Reis (2004) e de 20 mil habitantes segundo Moura (1993), espalhados em uma área de mais de 200 km.

colonial, e hoje possuem seus remanescentes, são reflexos vivos, da luta pela terra no Brasil; reproduzida em seus espaços pela memória ancestral, não permeando apenas a disputa pelo espaço agrário, mas sim um espaço simbólico de resistência e sobrevivência dos africanos e afrodescendentes.

A organização agrária no Brasil, de maneira geral sempre beneficiou o latifúndio, expressado nos senhores de engenho, fazendeiros, produtores do café, etc, e até hoje a terra é sinônimo de prestígio social e econômico, onde o agronegócio domina uma grande parte do capital nacional<sup>4</sup>. Por outro lado, encontramos nessa estrutura agrária, um grande número de pessoas sem acesso à terra para produzir sua subsistência.

No século XIX, com a crescente expansão do Brasil no mercado internacional, sobretudo, pela cultura do café, concomitante a precariedade da escravidão em decadência pela abolição do tráfico negreiro, que seguia dando seus últimos fôlegos no sistema escravocrata, limitou-se o comércio de escravos. A partir de meados do século XIX, encontramos no Brasil a presença do tráfico interprovincial; dessa forma, encarecendo a mão de obra negra, cada vez mais rarefeita pela presença da Marinha Inglesa em constantes patrulhas pelo Atlântico. Surgem no cenário nacional, focos imigratórios de europeus, que vinham ao Brasil em busca de uma vida melhor, servindo de mão de obra principalmente nas plantações de cafés, o que foi visto com bons olhos por grupos políticos, que acreditavam na imigração europeia como um elemento positivo para o enriquecimento da “cultura brasileira”, além do fator de branqueamento da sociedade. Segundo Costa:

Desde os meados do século, imigrantes europeus começaram a entrar em número crescente no Brasil, principalmente entre 1870 e 1900, e o período de maior imigração situa-se nos anos que se seguem à abolição. Só o Estado de São Paulo recebeu, em pouco mais de um decênio, isto é, entre 1890 e 1901, cerca de setecentos mil colonos: italianos, portugueses, espanhóis e austríacos, não contando os de outras nacionalidades. (1999, p. 251)

A perspectiva da entrada de imigrantes, que progressivamente chegara ao Brasil, pressionou o latifúndio a buscar medidas legais, antes do auge imigratório para que essa população não se interessasse no empreendimento de tomar terras para reprodução familiar e, conseqüentemente, à prosperidade enquanto pequeno produtor, cabendo a eles (os imigrantes) somente as extensas lavouras da produção nacional. Dessa forma, os fazendeiros propuseram ao

---

<sup>4</sup> O agronegócio faturou em 2013 1,02 trilhão de reais, (cerca de 22,8% do PIB Nacional) segundo CNA.Fonte: [www.economia.uol.com.br](http://www.economia.uol.com.br) disponível em 25/03/2014.

governo uma medida legislativa que impedisse o acesso fácil à terra no Brasil; sendo assim, em 1850 foi criada a Lei de Terra do Brasil<sup>5</sup>, onde para se obter um lote, só através da compra junto ao Estado, ou através de herança, pondo fim aquela velha política de terras no Brasil de caráter sesmario, onde a coroa doava aos seus súditos através da concessão por status social ou por serviços prestados, ou pelo simples desbravamento e exploração de regiões ainda dominada por tribos nativas.

Com medidas como a lei de terras de 1850, dificultando o acesso de terra à população e facilitando o acesso da terra aos fazendeiros, favoreceu ao surgimento de um proletariado rural, pois a falta da titularidade da terra, decorrente da ausência do registro cartorial implicava no fato de que mesmo as terras de floresta conquistadas aos índios eram consideradas de ocupação ilegal pela legislação imperial. Logo, os posseiros foram sendo absorvidos pelo trabalho em fazendas na condição de rendeiros, parceiros, meeiros, dentre tantas categorias regionais do campesinato.

Entendemos a existência do campesinato brasileiro levando em conta que o mesmo é “o conjunto de famílias camponesas existentes em um território.” (CALDART, 2012, p.115), numa perspectiva de incorporação da consciência de classe, que permeia esses grupos familiares de forma que são observados através de gerações desses núcleos, fazendo com que o homem do campo, sobretudo, o homem pobre do campo que historicamente se une em busca de direitos e melhorias, se constituam enquanto classe social, por meio de algum nível de mobilização política. Em meio à constituição de uma classe social, concordamos com Thompson (1987) que:

A classe acontece quando alguns homens, com resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) do seus. (THOMPSON, 1987 p.10).

Sendo assim, a classe existe enquanto relação (THOMPSON, 1987), e nesse jogo de relações, no qual alguns homens são explorados pelo sistema capitalista de produção, as experiências em comum “herdadas ou partilhadas”, vão surgindo e se estabelecendo como consciência de classe, visualizadas em vários contextos históricos, em sua pluralidade temporal, cultural e espacial.

---

<sup>5</sup> LEI N.º 601 – de 18 de Setembro de 1850; mencionada por (COSTA 1999, p.14).

Acreditamos assim, que o campesinato brasileiro é legitimado enquanto classe social, dialogando através da conscientização e luta, por meio de instituições, de movimentos sociais, mobilizações, etc; em meio a uma histórica exploração do homem pobre do campo pelos grupos dominantes. Essa exploração da qual analisamos por meio dessa pesquisa, possibilitou intensos conflitos agrários; dessa forma concordamos com Bourdieu que “A existência de classes, na teoria e sobretudo na realidade, cada um sabe disso por experiência, e um alvo de lutas.” (1996, p. 26).

A formação de um campesinato subjugado ocorreu de forma semelhante por meio de um processo ocorrido nos Estados Unidos com a *Homestead Act* (1962), pois as melhores terras ficaram sob o controle dos grupos economicamente mais poderosos e, as terras conquistadas no Oeste, eram pobres. E por fim, a mecanização agrícola fez avançar a concentração da propriedade, impossibilitando a concorrência dos pequenos proprietários com os grandes, razão pela qual muitos foram se tornando empregados nas fazendas.

No caso brasileiro, com o aumento gradativo da produção agrícola, as áreas menos férteis, antes habitadas pelos posseiros, que muitas vezes trabalhavam nas próprias fazendas, foram ocupadas pelas monoculturas, fazendo com que essas famílias, que viviam ou complementavam a renda através dessas terras, migrassem para outros lugares, gerando desconfortos e disputas entre os posseiros e a prática da grilagem pelos fazendeiros. É preciso considerar o desconhecimento de muitos homens brancos pobres e de negros alforriados (ou de escravos) da legislação nacional, bem como, mesmo com o conhecimento das leis, as dificuldades de enfrentamento com os proprietários em uma sociedade de restritos espaços de cidadania, onde as assimetrias sociais eram regras, tanto na política como na economia.

Na própria campanha abolicionista, mesmo não tendo como foco principal a questão da reforma agrária, representantes considerados radicais do abolicionismo da escravidão, que por vezes, apoiaram levantes e fugas de negros, viram na reforma agrária, uma possibilidade coerente a respeito de dar acesso da população escrava, a terra, e assim, permitir livremente sua subsistência. De acordo com essa reflexão:

Os levantes revolucionários importantes do período encontraram apoio entre os membros da pequena burguesia urbana lojistas, artesãos, soldados, profissionais liberais. Estes foram a contrapartida brasileira dos *sans-culottes*. Opuseram-se à aristocracia da terra, foram a favor da abolição do tráfico de escravos e da reforma agrária (COSTA 1999 p.190).

É válido ressaltar que embora esses “levantes” mencionados por Costa (1999), tenham recebido um considerável apoio da pequena burguesia, não tiveram força suficiente para solidificar uma “revolução” no Brasil, sobretudo, pela estrutura capitalista que já permeava a realidade social do país, impondo profundos limites às mudanças sociais pensadas por alguns intelectuais e entre elas, a reforma agrária.

Com o fim oficial da escravidão no Brasil em 1888, através da lei Áurea, tendo sido a nação pressionada pela Inglaterra, finalmente o pensamento abolicionista prevalece, com um Estado que sofria instabilidade social. Os negros tiveram a liberdade, porém sem os anseios reformistas da parcela radical abolicionista que sonhara com a reforma agrária, ficando uma grande massa da população à margem das engrenagens das novas mudanças no capitalismo, gerando um problema social no Brasil, com negros livres, porém com uma liberdade precária em meio ao sistema.

Os negros que viviam no meio urbano, como no caso do Rio de Janeiro, frequentemente subiram os morros, quando desalojados por reformas urbanas como a de Pereira Passos (1903 a 1906), que alargou e construiu ruas em prol de uma arquitetura semelhante à europeia, com uma cidade mais arejada, derrubando assim, antigos casarões e cortiços. Segundo Azevedo (2003) a reforma demonstrou uma característica organicista do prefeito engenheiro, que buscou integrar diversos pontos da cidade. Frequentemente os beneficiados pela abolição da escravidão sobreviveram de subempregos e, muitas vezes, por meio de práticas ilegais, exatamente em decorrência de uma falta de integração ao cenário social urbano de uma cidade populosa, como no caso específico do Rio de Janeiro. Outra parte da população negra juntou-se aos quilombos, assentamentos remanescentes do período colonial ou Imperial nas áreas interioranas, e/ou viviam como posseiros, somando a um campesinato em condições precárias no país. Com a crise terminal do regime, que culminou com o declínio monarquista, teve início em 1889 uma república com problemas sérios de organização espacial e a necessidade de arranjos econômicos.

O Norte agrário (que hoje corresponde a divisão administrativa da região de nordeste do Brasil) sofria com as chuvas irregulares, tornando ainda mais difícil a vida no campo para a população sem recursos. É neste cenário que surgiu o movimento de caráter “messiânico” de Canudos (1886 a 1897) liderado pelo beato Antônio Conselheiro, onde no Sertão da Bahia, conseguiu a experiência de uma comunidade à margem da república.

A população buscava através da liderança do beato a salvação para a fome, seca e desemprego. Essa população que chegou aos aproximados 25 mil habitantes, através do coletivismo, viveu uma experiência de organização rural a partir das práticas de culturas de subsistência, contudo, sendo independente do sistema em vigor. Canudos foi combatido pelos grandes proprietários da região, juntamente com os militares da Bahia e enviados do Governo Federal, que deram fim ao grupo messiânico no ano seguinte a sua formação. Esse é um exemplo vivo de que a população em meio a condições desfavoráveis sempre buscou na terra a luta pela sobrevivência, gerando conflitos no campo entre grandes proprietários, e algumas parcelas pobres da população do campo, que através do espaço agrário firmava sua resistência.

A república manteve sua estrutura baseada nas oligarquias, garantindo o controle social sobre a mão de obra campesina. No começo do século XX, o país teve um relativo crescimento industrial, tendo como medida econômica a política de substituição de produtos fabris importados por produtos brasileiros, em decorrência da I Guerra Mundial, por meio de uma prática de substituição de importações. Segundo Versiani e Suzigan (1989):

A proteção à indústria foi aumentada devido à desvalorização da taxa de câmbio, controle do mercado de câmbio e controles quantitativos das importações, impostos pela crise cambial. Com isso, a indústria passou a liderar o crescimento e a industrialização avançou substituindo importações de bens de consumo e de alguns bens intermediários. (VERSINI, SUZIGAN, 1989 p. 12)

Esse controle cambial citado pelos autores que teve como consequência o crescimento industrial<sup>6</sup> interno é fruto da IGM, embora a nível internacional a expansão da crise só manifestou o seu ápice em 1929, abalando a economia e consequentemente a moeda de vários países. O Brasil, tendo como seu carro chefe a exportação de café, sofreu os danos da crise mundial quando viu sua colheita desvalorizada, de onde os EUA eram seus maiores consumidores.

Com uma indústria crescente nos pais, as décadas seguintes acarretariam num crescimento do proletariado urbano que por sua vez dava seus passos rumo à estruturação das organizações sindicais. Em 05 de janeiro de 1907 já tinha sido criado o Decreto n.1637, dando legalidade aos sindicatos, sob a inspiração da “lei francesa de 1884, que outorgava aos sindicatos

---

<sup>6</sup> Essa nova postura contribuiu para o crescimento principalmente de produtos como: de ferro e aço, soda caustica, borracha, adubo, cimento, seda, derivados do algodão, e extração de carvão mineral (VERSINI, SUZIGAN, 1989).

a personalidade jurídica: eles podem representar na justiça seus associados, adquirir bens, organizar sociedades de auxílio mútuo.” (LOPES, 2002 p.33), com essa lei, os sindicatos poderiam investir em suas legalidades nos cartórios sem muita burocracia, tendo acesso aos sindicatos, brasileiros natos ou estrangeiros que já vivessem há 5 anos no país gozando de direitos civis (LOPES, 2002), o que favoreceu à criação de muitos sindicatos de operários por profissão e/ou filiações sindicais mistas no início do séculos XX.

As filiações sindicais já sofriam influência da Revolução Soviética, dando um caráter ideológico comunista a algumas das organizações (considerando a forte anarcosindical), que culminou em vários confrontos com o governo e o setor industrial. Para termos uma ideia, a greve de 1917 em São Paulo foi seguida por 45 mil trabalhadores (MIRANDA, 2011), fruto da crise de produção do pós- guerra que afetou o Brasil, afetando os salários da classe trabalhadora urbana. Segundo um estudioso do período:

As limitações do ideário anarquista, entretanto, permitiram o isolamento do movimento, tornando-se presa fácil do Estado e de sua força policial repressora. A revolução soviética, em 1917, apontava para a formação de um partido e a redefinição do papel do Estado. (MIRANDA 2011, p.2)

Em meio às tensões na classe trabalhadora urbana do Brasil que permeava as primeiras décadas do século XX, as ideias soviéticas citadas pelo autor, se organizaram politicamente no país através do PCB (Partido Comunista Brasileiro). O dia 25 de março de 1922, é tido como a data oficial da fundação do partido, tendo como núcleo organizacional trabalhadores urbanos conforme exemplifica Ferreira Gullar<sup>7</sup> em seu poema:

Eles eram apenas nove: o jornalista  
Astrogildo, o contador Cordeiro,  
o gráfico Pimenta, o sapateiro José Elias, o  
vassoureiro  
Luís Peres, os alfaiates Cendon e Barbosa  
o ferroviário Hermogênio  
e ainda o barbeiro Nequete  
que citava Lênin a três por dois.  
Em todo o país,  
eles não eram mais de setenta.  
Sabiam pouco de marxismo  
mas tinham sede de justiça  
e estavam dispostos a lutar por ela.  
(GULLAR, 2012, p.5)

---

<sup>7</sup> Ferreira Gullar é o pseudônimo do José Ribamar Ferreira, um poeta, escritor, e militante do PCB; a totalidade desses versos escritos em 1982, podem ser encontrados no jornal “Imprensa Popular” Disponível em <<http://pcb.org.br>> acesso em 23 de maio de 2014.

Percebemos nessa descrição literária, um caráter estritamente urbano, que consequentemente deixou o proletariado rural à margem da luta organizada pelo PCB. É bom salientar que 1922, também é tido como ano de fundação do PCB na Paraíba, as reuniões aconteciam escondidas com um pequeno agrupamento de militantes (PORFÍRIO, 2003). Em 1930 não houve a princípio participação direta das lideranças do jovem partido a “revolução”, por ser interpretada como uma disputa entre classes dominantes das oligarquias. É interessante mencionar o jogo político das oligarquias que refletia num “sistema de opressão” mediante camadas pobres do campo, que por sua vez, é materializado nas figuras dos coronéis.

A expressão política da dominação dos proprietários de terra sobre os camponeses foi o coronelismo<sup>8</sup>. Durante a República Velha, o coronel, grande possuidor de terras, exerce poder e prestígio social a nível local e regional, de acordo com o conjunto de oligarquias ao qual faz parte. O coronel típico, tendo sob a sua “tutela” a população pobre do campo que vive em suas terras, constituindo a sua clientela, junto com as demais populações das pequenas cidades que fazem parte da zona de influência, exerce a mediação dos interesses das oligarquias políticas, com os eleitores, através do “voto de cabresto”. Essa expressão representa a influência quase que obrigatória da população em seguir as ordens dos coronéis, a partir de relações de dependência e de proteção. Dessa forma, “Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência a nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado [...]” (LEAL, 1997, p.40). Para fins de estudo, voltaremos agora o nosso olhar analítico ao estado da Paraíba, onde a questão agrária motivou a nossa pesquisa.

### **As oligarquias e a questão agrária na Paraíba**

No contexto paraibano notamos que o espaço agrário está mergulhado num processo de relação de dominantes/dominados, onde o primeiro se fortalece através das oligarquias de base familiar, lembrando que “uma das particularidades dos dominantes é a de possuírem famílias extensas (os grandes tem famílias grandes) e fortemente integradas” (BOURDIEU, 1996, p. 130) como veremos a seguir.

---

<sup>8</sup> Recomendamos ver LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil...*

A Paraíba está no cenário de grandes confrontos oligárquicos, que tiveram uma íntima ligação com o golpe de 1930, conduzindo Getúlio Vargas ao poder, tirando a presidência de Washington Luiz que seria sucedida por Júlio Prestes, conforme o modelo da República Café-com-Leite<sup>9</sup> A crise de 1929, que culminou com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, teve forte impacto na economia brasileira, gerando desconforto na estrutura econômica como o desemprego, comprometendo a popularidade do então presidente. Concomitante com os processos sociais que levaram ao golpe de 1930, a oligarquia liderada pela família “Pessoa”, caminhava nas primeiras décadas do século XX para a consolidação das lideranças políticas na Paraíba. Segundo uma brasilianista:

A posse do governador Castro Pinto, em 22 de outubro de 1912. Abriu uma nova era, uma era de dominação direta da oligarquia Pessoa na Paraíba. A assunção de Eptácio de uma cadeira de senado dois meses depois, seguida por sua eleição como chefe partidário estadual em fevereiro de 1913, iniciou uma década de coesão faccional esplendidamente coordenada que permaneceu incontestada ate 1924. (LEWIN, 1993, p. 271)

Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa, é um dos nomes mais importantes do cenário político da Paraíba, além da cadeira do senado destacado por Lewin (1993), o chefe da oligarquia dos Pessoa, natural de Umbuzeiro (PB), coleciona cargos políticos: participou como deputado pela Paraíba, da elaboração da constituição de 1891, em 1898 assumiu o Ministério da Justiça do governo Campos Sales, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1902, e posteriormente assumiu o cargo do senado, como já comentamos.

Representando a delegação brasileira que participaria da Conferência de Paz em Paris, após o término da Primeira Guerra Mundial em 1919, o republicano sem saber, foi cotado como candidato provável à presidência da república, sendo eleito em substituição do presidente Rodrigues Alves, que havia morrido vítima de varíola. Segundo Lewin “A eleição de Eptácio foi assegurada pelo apoio que recebeu dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul” (1993, p. 280).

---

<sup>9</sup> A república do café-com-leite foi o período entre 1894 e 1930, onde as oligarquias ligadas a São Paulo (café), e as ligadas a Minas Gerais (leite) reversavam o poder federativo através de um pacto, onde as mesmas indicariam a sucessão presidencial. Para aprofundamento do contexto, indicamos a obra de Boris Fausto intitulada “O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930).”

O curto governo de Epitácio (1919-1922) perpassou anos de instabilidade no país, sendo contemporânea a fundação do já referido PCB. O mandado do paraibano, que atendia às necessidades dos cafeicultores em meio à política do café com leite, viveu anos de greves dos trabalhadores, em virtude das articulações sindicais do operariado. Em decorrência de tais mobilizações, os setores conservadores ligados ao governo mobilizaram-se pela promulgação da lei de repressão ao anarquismo em 1921. Concomitante a essas medidas o fortalecimento das elites agrárias era visível, o que refletiu diretamente na política paraibana. Em meio aos anos turbulentos do governo de Epitácio, a política baseada no discurso da seca, dava ao trabalhador rural uma “ilusão” de progresso, servido para evitar mobilizações no campo contra o governo. Como afirma uma pesquisadora:

O clima de euforia proporcionado pelas obras contra as secas do governo Epitácio Pessoa forneceu ao trabalhador rural do Nordeste a ilusão de progresso. Trabalhava entusiasticamente, não obstante os insignificantes salários e as péssimas condições de alojamento, pensando em proximamente usufruir dos frutos da redenção da terra. (GURJÃO, 1994, p.49)

Diferentemente das aspirações da população, as medidas contra a seca, em resumo, beneficiavam as elites locais que podiam usufruir de obras como os açudes que passavam nas terras dos coronéis sem nenhuma “função irrigatória” (GURJÃO, Op. Cit.), deixando a população pobre do campo em condições cada vez mais precárias. Embora os anos do governo de Epitácio, perpassassem algumas crises como greves, e revoltas como o tenentismo, o governo conseguiu manter o jogo político de Minas Gerais e São Paulo, colocando em seguida o mineiro Artur Bernardes na cadeira presidencial.

Acreditamos ser pertinente citar outro nome importante da família Pessoa, não só pela relação conflituosa que teve com uma parcela das elites agrárias da Paraíba, que estão inseridas no nosso dialogo acerca das relações coronelistas, mas também, pela mitificação de uma figura, apropriada como símbolo ideológico das mudanças políticas da década de 1930 a nível nacional; trata-se da figura de João Pessoa, sobrinho de Epitácio Pessoa.

João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, nascido (1878) em Umbuzeiro – PB, membro de família prestigiada socialmente em meio às estruturas oligárquicas estabelecidas; chegou aos cargos de auditor-geral da Marinha, ministro da Junta de Justiça Militar, ministro do Superior Tribunal Militar e com apoio do tio elegeu-se presidente do estado da Paraíba (1928-1930).

O governo de João Pessoa, a princípio, tinha tudo para seguir os interesses das oligarquias rurais, dando continuidade à autonomia local dos coronéis e municípios da Paraíba, que em meio às relações econômicas, mantinha contato com outros estados. Diferente do esperado, o então presidente paraibano, tomou medidas baseadas na total submissão dos poderes locais de caráter rural e incentivou uma economia mais centralizada e dinâmica; potencialmente mais moderna em relação às estruturas sociais paraibanas. De acordo com uma estudante do período:

As mudanças propostas por João Pessoa para seu estado parecem ser decorrentes da sua estadia no Rio de Janeiro, apesar das enormes diferenças entre Rio de Janeiro e Paraíba. João Pessoa teve uma vivência eminentemente urbana. (MARIANO, 2010, p.109)

Essa vivência urbana, que caracterizou uma ideologia política cada vez mais autônoma dos interesses rurais dos coronéis, havia adeptos por parte da classe média urbana paraibana, que já buscava maior envolvimento político no final da década de 1920. Na promessa de trazer a “modernidade” ao estado, o presidente João Pessoa entrou em choque com as elites locais dos municípios, intervindo nos espaços políticos-administrativos; as medidas tinham como objetivo “destruir chefes políticos, demitir juízes e promotores, remover delegados e coletores, bem como combater o banditismo” (MARIANO, Op. Cit., p.108).

Com a pretensão de desestruturar a velha política das oligarquias paraibanas, o governo estadual, entre muitas medidas, promoveu a cobrança de impostos (que ficou conhecida como Imposto de Incorporação), onde encarecia a exportação direta de produtos para os estados vizinhos, causando danos, por exemplo, ao fluxo de algodão para Pernambuco, e colocando João Pessoa na posição de inimigo de Oligarquias que outrora haviam dedicado anos de lealdade ao eptacismo (MARIANO, Idem).

Além da cobrança de impostos, a campanha de desarmamento em prol de combater o cangaço<sup>10</sup> que por sua vez, achava-se entre os coronéis aliados, e a substituição dos cargos públicos, já citados, por homens da confiança do presidente, fez com que enfraquecesse o poder local, crescendo a impopularidade de João Pessoa no meio dos coronéis. Entre os maiores inimigos políticos de João Pessoa, José Pereira é sempre mencionado. Inconformado com as

---

<sup>10</sup> Para Silva (2011) o cangaço é caracterizado como “banditismo social”, definido por Hobsbawm como homens considerados criminosos pelo estado, porém “[...] que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, paladinos da justiça [...]” (HOBSBAWM, 1976, p.11)

medidas centralizadoras do Estado, das quais até mesmo, fez com que “Zé Pereira” tivesse prejuízos junto aos primos do governador (os Pessoa de Queiros de Pernambuco) a respeito do escoamento do algodão; foi um dos fatores que gerou os conflitos na cidade de Princesa<sup>11</sup>, colocando o pequeno município, nos olhares internacionais, se tornando o mesmo, temporalmente um território livre do Brasil.

As desavenças do republicano João Pessoa com a elite agrária teve um fim trágico; em 1929, ele negou apoio ao candidato Julio Preste à presidência da república, saindo como vice-candidato oposicionista junto a Getulio Vargas no ano seguinte, contudo, foi assassinado quando ainda vice-candidato, sobre os motivos que levaram a morte; Aries (2009) nos lembra de que a historiografia oficial:

[...] construiu a ideia de um complô organizado por João Dantas, Augusto Moreira, João Suassuna e outros, para assassinar o presidente da Paraíba. Esse teria sido vítima dessa “traição”, tendo sido pego de surpresa na Confeitaria Glória, morrendo sem ter direito de defesa. (ARIES, 2009, p.290)

Não deixando de levar em conta, a possível vantagem das oligarquias, em eliminar João Pessoa, é necessário salientar as possíveis ameaças nas quais o republicano dirigia-se a João Dantas, seu inimigo político, nas quais o jornalista teria cartas românticas com sua amante Anayde Beiriz, que foram ameaçadas de serem publicadas na imprensa a mando do presidente paraibano. A casa de João Dantas sendo invadida por policiais que identificaram as cartas poderia ter levado o jornalista assassinar João Pessoa na então citada confeitaria pernambucana.

Independente dos motivos que levaram a morte do presidente João Pessoa, o seu assassinato transformou-se em um símbolo da revolução de 1930, levando Getúlio Vargas a tomar o poder de Washington Luiz, impedindo a posse de Julio Prestes. Getúlio Vargas, junto com a Aliança Liberal, se apropriou da morte de João Pessoa, como símbolo de luta da Aliança Liberal, que colocaria o fim na política do café-com-leite, (sabendo que São Paulo não honrou o acordo com os mineiros) baseada nas elites agrárias, tendo como forte núcleo, principalmente São Paulo que além do café, crescia em industrialização. Assim sendo, o discurso da luta de João Pessoa, em prol de mudanças administrativas, com uma política “renovadora”, fez de sua morte, a possibilidade da construção de um mito político que atendeu:

---

<sup>11</sup> Sobre os conflitos que levaram a cidade de Princesa - PB se tornar temporalmente um território livre, indicamos ver: MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto?** O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920. João Pessoa: UFPB, 2010, p.107-145.

[...] a objetivos distintos, porém, convergentes: a) legitimizar o golpe de Estado tramado por uma corrente da Aliança Liberal, ocorrido em outubro de 1930; e b) legitimizar o estado que se estrutura a partir do referido golpe. (ARIES, 2009, p. 286).

Como numa bandeira “revolucionária”, Vargas toma o poder em 1930 com um governo provisório (1930-1934), sendo eleito posteriormente (1934-1937), conforme estabelecida a nova constituição<sup>12</sup>, com apoio também das elites paulistas. Vargas ainda conseguiu a aprovação de uma nova constituição<sup>13</sup>, dando um caráter mais centralizador no chamado “Estado Novo”, que proporcionou a permanência de Getúlio Vargas até 1945; mas, em meio a nossa breve discussão acerca das estruturas coronelista, sobretudo na Paraíba, com o jogo de poderes que levou a “Era Vargas”, voltaremos os olhares para o campo, partindo das ideias organizadas pelo já citado Partido Comunista Brasileiro (PCB).

As ideias comunistas lideradas pela bandeira do PCB que até então eram voltadas “na prática” para o operariado, só ganharia olhares mais firmes ao proletariado rural apoiando politicamente o campesinato, na década de 1940, começando a intervir em diversos locais, segundo Jesus (2011), temos como exemplo Porecatu no Paraná com apoio do PCB aos camponeses, que culminou em conflitos armados no final da década de 1940 com os grandes proprietários de terras. Em 1945, o partido comunista possuía uma proposta rural desenvolvida, articulando a primeira organização das Ligas Camponesas, o que é percebido na liga de Iputinga, nos arredores de Recife-PE, como afirma Jesus (2011)., Contudo as Ligas do PCB não conseguiram consolidar-se no campo nacional:

É bem verdade que sua existência foi demasiado curta, apenas dois anos. Em 1947 todas elas tinham sido fechadas por consequência da decretação de ilegalidade do PCB por parte do Tribunal Superior Eleitoral. (SANTOS, 2005, p.80)

Essa curta duração provocada pela ilegalidade do partido, paralisou o movimento das ligas por quase uma década, sendo abafadas com o fim do governo Vargas. É válido lembrar que

---

<sup>12</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, que dava ao governo Vargas, legitimidade democrática; o documento pode ser visualizado em <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1558>> Acesso em 30 de Maio de 2014.

<sup>13</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937, Disponível em< <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/137571>> Acesso em 30 de maio de 2014.

antes de 1945 o PCB, fez tentativas de articulação do campesinato através do BOC (Bloco Operário Camponês) criado em 1928, substituindo o BO (Bloco Operário), abrangendo também as questões rurais nas discussões comunistas brasileiras. O BOC que buscava alcançar direitos trabalhistas “opondo-se não apenas ao grupo oligárquico dominante, mas também ao regime oligárquico como um todo e defendendo os interesses de classes sociais subalternas” (BEDÊ, 2007, p.18), recebeu fortes críticas da Internacional Comunista, que delimitava diretrizes de atuação como afirma Henn (2012):

As críticas ao BOC decorriam da radicalização da linha política da IC. A situação havia se extremado a partir de 1928, por ocasião do VI Congresso, no qual foi elaborada a tática da classe contra classe, que consistia numa restrição na abrangência do arco de alianças (HENN, 2012, p, 296)

Com a pressão da militância internacional a respeito das políticas comunistas de pôr em luta “classes contra classes”, o BOC chegou ao fim em 1930, devido às alianças com setores da pequena burguesia, sendo assim, a organização (embora curta) mais expressiva do PCB em prol da população pobre do campo, se deu com o surgimento das Ligas que se materializaram por dois anos.

As ligas do Partido Comunista Brasileiro espalharam-se por alguns estados do país, segundo Santos (2005) eram vistas organizações no interior de São Paulo e no Rio de Janeiro organizando pequenos lavradores, como também, a frente camponesa dos comunistas já se organizava em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. Contudo essa mobilização política de resistência foi breve, sendo fechada dois anos após sua formação (1947), quando o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decretou a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro.

Esses dois anos de ligas, demonstraram que o homem do campo, possuía interesse de se organizar em prol da busca de direitos, e através dos Comitês Democráticos do PCB, viram na ideologia trazida da Rússia, uma forma não só de organização, mas de resistência ao histórico de opressão no campo.

Na década de 1950, as Ligas Camponesas voltaram a se organizar, o foco era explicitamente a reforma agrária, com grande expressão no contexto nordestino, foi a partir da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuarista de Pernambuco (SAPPP), criada no Engenho Galileia em Santo Antônio- PE em 1955, que as ideias começaram a ser acordadas. No começo, o grupo teve o objetivo de dar assistência: jurídica, médica, fundiária, criação de escolas e

assistência funerária, construindo um sindicato baseado no cooperativismo. Contudo, a opressão a esses trabalhadores, mediante a um contexto de crescente expansão da monocultura açucareira provocou o conflito entre posseiros e foreiros, resultando em expulsões. Os camponeses sentiram lesados e foram buscar apoio jurídico e político com o deputado e advogado Francisco Julião de Paula, do Partido Socialista do Brasil (PSB de Pernambuco), que se mobilizou legalizando a SAPP.

Com o apoio político, os camponeses de Santo Antônio, conseguiram a desapropriação do Engenho Galileia, o que incentivou camponeses de todo o Estado a lutar por seus direitos, e sonhar com a reforma agrária. Como afirma Oliveira (2001, p.190) “Nos anos 50 e 60 do século XX as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional”. Com esse processo de organização e projeção, os fazendeiros, começaram a entrar em atrito com os trabalhadores do campo devido ao medo de perderem “suas terras” pela pressão do movimento em prol da reforma agrária, muitas vezes expulsando famílias inteiras como forma de legitimar o poder sobre o espaço agrário que se tornava cada vez mais palco de conflitos.

Na Paraíba, as Ligas Camponesas tiveram um grande destaque, ficando conhecido internacionalmente o conflito da Liga Camponesa de Sapé, como falaremos a seguir, porém o Estado manteve núcleos em varias regiões; seja no Litoral, Várzea, Brejo e Agreste; o movimento se organizou em outros diversos municípios: Alhandra, Areia, Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira, Mari, Itabaiana, Alagoa Grande, Oitizeiro, Espírito Santo, Mulungu, Alagoinha, Belém, Caiçara, Pedras de Fogo, Campina Grande e Santa Rita (PEREIRA, 2009). Conforme também afirma Pereira (2009), as ligas paraibanas, tiveram como principal bandeira, o fim do cambão, regra imposta pelos patrões que obrigava os camponeses a trabalharem de um a três dias por semana, sem nenhuma remuneração.

Foi na Paraíba no município de Sapé, que aconteceu um dos maiores palcos da luta pela terra do final da década de 1950 para o início da década seguinte. A Liga Camponesa de Sapé, que teve como líder João Pedro Teixeira, foi uma das maiores agremiações de agricultores da década, teve seu início em 1958 com o nome de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé. A princípio a base inicial do que ficou popularmente conhecida como Liga Camponesa de Sapé – PB foi composta com cerca de:

[...] mil e quinhentos moradores do Engenho Miriri, pertencente ao grupo Ribeiro Coutinho. Parte do engenho se situava em Sapé e parte em Mamanguape. Camponeses

de outras fazendas foram se associando na medida em que os companheiros de Miriri iam conquistando vitórias com a redução das condições de pagamento do foro e dos dias de cambão. (PEREIRA, 2005 p.69)

Essas vitórias citadas por Pereira (2005), sem dúvidas geraram esperanças na população pobre do campo das demais fazendas da região, que viram na vitória dos vizinhos do Engenho de Miriri, uma possibilidade de também alcançar direitos no campo. Ao passar dos anos, já eram registrados quase 8 mil (oito mil) filiados, numero que só crescia; a liga de Sapé, contava com apoio de uma parcela da população, entre ela, pequenos comerciantes, estudantes e populares; a participação de João Pedro Teixeira e seu colega de Liga João Alfredo Dias (Negô Fúba) entre outros no PCB, deram a principio um caráter político e ideológico nas ideias discutidas nas reuniões, embora o partido comunista ,não tivera uma participação efetiva como núcleo central do movimento iniciado por camponeses junto ao Julião na década de 1950, e espalhados por vários Estados brasileiros.

Na cidade de Sapé crescia o número de conflitos entre fazendeiros e trabalhadores, segundo Lemos e Porfírio (2013), muitos camponeses tinham suas casas de palhas queimadas a noite, e eram expulsos das terras, deixando as plantações de subsistência sem qualquer indenização. A militância de João Pedro à frente dos trabalhadores do campo de sua região, foi tão marcante, que provocou ira entre os fazendeiros locais, sendo encomendada sua morte a mando do grupo da Várzea<sup>14</sup>, que foi executada no dia 2 de abril de 1962. A notícia da morte do líder sapeense tomou proporções internacionais na mídia, como alguns autores destacaram que:

O jornal New York Time publicou em sua primeira página, matéria sobre o homicídio do líder camponês, tendo como fonte, o noticiário do Jornal “A União”. A Agência Nacional de Noticia também enviava reeleses para todos os jornais do país, baseada no jornal estadual da Paraíba. (LEMOS, PORFÍRIO, 2013 p. 50)

João Pedro Teixeira era um homem simples que lutava por uma vida digna no campo, e teve um fim trágico em seu destino como individuo, porém a repercussão de sua morte, aliada com os dilemas de sua luta, fez nascer a partir do paraibano de Sapé, um mito, símbolo da resistência dos pobres no campo, pois “João Pedro Teixeira se transforma em uma imagem a ser modelo de inspiração também para as gerações futuras, já que o político se alimenta por essas conexões onde a mitologia lhe dá sentido, assim como força”. (MUNIZ, 2010, p. 78)

---

<sup>14</sup> Era o “núcleo mais reacionário do coronelato paraibano, que se impunha com a força política de deputados, prefeitos e vereadores” (BENVIDES, 1985, p.92).

A força potencializada pela mitificação do camponês assassinado contribuiu para que a luta prosseguisse, e as Ligas Camponesas continuaram por mais dois anos; para termos uma ideia a Liga de Sapé em janeiro de 1964 “já contava com mais de dezessete mil associados” (PEREIRA, 2005, p.73), até que todas se tornaram ilegais pelo golpe civil-militar:

Em abril do mesmo ano, veio o golpe militar. Todos os camponeses foram dispersos. Muitos fugiram abandonando seus familiares, outros foram presos, torturados ou desaparecidos. Em todo país, os Movimentos Sociais entraram numa longa noite escura de repressão e de silêncio [...] (PEREIRA, 2005, p.73).

Como foi afirmado, o Brasil viveu momentos turbulentos de perseguição a livre expressão, sequestros, exílios, assassinatos e censura a toda movimentação que parecesse uma ameaça ao regime ditatorial, que por sua vez, colocava a extrema direita nas decisões centrais do país. Com o discurso nacionalista de progresso, a nação aparentava um crescimento em virtude da industrialização incentivada pelo capital estrangeiro, refletindo no crescimento do PIB que teve uma alta de 1968 até o governo Médici, contudo, as desigualdades eram gritantes entre a população.

É pertinente lembrar, que no contexto paraibano, a Igreja Católica representada na liderança de Dom José Maria Pires a partir de 1966, acolheu através da Ação Católica, os camponeses que outrora se manifestavam legalmente através das ligas (PEREIRA, 2009), tendo através da força da igreja, um meio de preservar o espírito de resistência, e de luta pelos seus direitos.

De modo geral a situação dos trabalhadores do campo no país continuava precária, visualizada na pobreza, analfabetismo e no desemprego; e o campesinato nordestino ainda tinha que conviver com os longos períodos de estiagem, o que agravava mais a situação. Em pleno regime militar, a Igreja Católica, sendo forte e presente em todo país, começou a elaborar propostas que interferissem na situação social do pobre, sobretudo o homem que vive no campo; foi em junho de 1975 que surgiu a CPT (Comissão Pastoral da Terra) tendo como marco inicial o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO), onde a princípio, desenvolvia um apoio pastoral a homens e mulheres da Amazônia: índios, peões, posseiros, etc; a população em geral que dependia da terra e estava subjugada aos senhores que a dominava.

O trabalho da CPT rendeu frutos, vendo a situação dos pobres do campo brasileiro, as ideias progressistas foram ganhando espaço entre os bispos, buscando aliados entre alguns grupos protestantes, sobretudo no Anglicanismo, Metodismo e na Igreja de Confissão Luterana, transformando-se em bandeira ecumênica nas ações de luta pelo homem pobre do campo, firmado sobre tudo, na liderança da Igreja Católica. A CPT foi agregando características que atendiam as necessidades regionais, dando auxílio a várias categorias de trabalhadores que utilizam do campo para sua sobrevivência. Segundo Caldart:

A perspectiva da CPT segue sua vocação como protagonista e intermediária dos “trabalhadores e trabalhadoras do campo”. Desses sujeitos, a organização registra uma diversidade de atividades econômicas, relacionando posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terras, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc.(CALDART, 2012, p.144).

A bandeira que a Comissão Pastoral da Terra levantou na década de 1970, fazendo com que a mesma assumisse um caráter de movimento social em prol dos trabalhadores do campo, não representou (e nem representa) uma posição homogênea no núcleo eclesial, tendo resistência por setores conservadores do clero, que entendem frequentemente a mediação da CPT, como um movimento de aspecto marxista no meio do catolicismo. Contudo, é necessário salientar que o evangelho social vivenciado através da CPT, não é a primeira ação católica em prol dos trabalhadores no Brasil.

As ações católicas pelo mundo, através da filosofia franciscana voltada à caridade aos pobres e os padres operários visualizados facilmente no começo do século XX, ou até mesmo a participação dos dominicanos no país na década de 1960, enfrentando o governo anticomunista como a exemplo do Frei Betto, mostram uma Igreja presente, não se omitindo aos contextos políticos onde a população é oprimida, sobre essa posição progressista. Essa relação, tornou-se uma dinâmica de expressão teológica nos lembrando que “para muitos padres e religiosos aproximar-se das camadas pobres da sociedade significa uma experiência de conversão no sentido religioso” (SILVA, 2006, p.35).

Sendo a aproximação com os pobres, uma experiência de conversão, como afirmado acima, é pertinente destacar que nem toda cristandade progressista, vivencia uma simpatia e/ou filiação com a ideologia marxista no que diz respeito a todo seu aspecto filosófico; sobre o diálogo do marxismo e do evangelho social. Silva destaca que:

O marxismo não seria, portanto, adotado como filosofia em toda plenitude, pois os padres não pretendiam, por exemplo, adotar o ateísmo inerente ao pensamento de Marx, mas apenas admitiam conceitos como luta de classes, estrutura e superestrutura, mas valia; ou ainda dicotomias como opressor/oprimido, dominador/dominado, **opressão/libertação** para analisar a realidade sócio-política da América Latina. (grifo meu) (2006, p. 47)

Através da reflexão de Silva (2006), é possível notar a influência do pensamento marxista na igreja progressista, porém não em sua plenitude, tendo nos aspectos analisados por Marx, uma forma conceitual de visualizar a sociedade, que em comparação com os conceitos bíblicos, levam a aproximação do caráter libertador das doutrinas messiânicas expostas no livro sagrado dos cristãos. Assim a “bem aventurança” do cristão em pregar e viver a justiça social na ajuda dos oprimidos se assemelharia, com a busca do socialismo inspirado em Marx como instrumento intelectual de mediação entre a igreja e os pobres, construindo assim, o “reino de Deus aqui na Terra” e “nessa lógica, o marxismo seria então o instrumento possível de ser utilizado na históricificação do Reino” (Silva, 2006, p. 51).

A igreja progressista, com um pensamento teológico voltado aos pobres e no nosso caso a CPT, sendo direcionada aos pobres do campo, busca apoio doutrinário na chamada Teologia da Libertação; e embora o pensamento de “evangelho social” já existisse em muitos setores da Igreja Católica, como também em muitas vertentes do protestantismo, foi na obra “Teologia de La Liberación” de 1971 de autoria do teólogo católico Gustavo Gutierrez, que a doutrina da libertação foi sistematizada, e posteriormente difundida, ganhando espaço sobre tudo na América Latina. A obra intitulada “Jesus Cristo Libertador” do franciscano Leonardo Boff, coloca-o como principal pensador da TL no Brasil, sendo assim, principal representante da igreja progressista brasileira. A princípio esse pensamento teológico pretende reler a Bíblia, tendo como foco o pobre; sempre oprimido pela história, e nessa perspectiva tendo como eixo principal as narrativas judaico-cristãs.

O Velho Testamento em resumo, narra à história de um povo que, outrora, escravizado pelo rico Egito, foi escolhido por Deus para percorrer uma caminhada em busca da “terra prometida”. Narrado no livro de Êxodo, reunidos pela promessa de Deus, o povo hebreu deixa a escravidão em busca da sua liberdade, e em nome da promessa divina, luta contra os inimigos até se estabelecerem em terras férteis. É nessa perspectiva, que os teólogos da libertação, acreditam que o homem oprimido pode buscar através da luta e da resistência, um caminho para

a liberdade do sistema que os oprimem. Nesse sentido, como parte integrante desse processo de libertação dos oprimidos, a CPT, através dos bispos voltados as demandas do campo, afirma:

Queremos continuar fiéis à antiga proclamação bíblica: “A terra é minha, diz o Senhor, e vós sois como migrantes e posseiros” (Lv 25,23). Persistimos em denunciar o “espírito materialista” da chamada “civilização do progresso”, que pretende esvaziar de “espírito” o corpo oprimido e reprimido dos pobres, dos povos aborígenes e negros. (CPT, 2006 p. 7 e).

Dessa forma a Comissão Pastoral da Terra, sendo reforçada pelo discurso da TL, faz a escolha pelos pobres; nesse caso os pobres do campo, sendo ela, um elemento norteador da população que vive à margem de direitos sociais, oprimidos pela vida materialista, pressionados pelo capitalismo a uma vida cada vez mais distante da fé e dos preceitos da solidariedade e fraternidade no campo; a CPT age como uma ação viva na mediação do processo de democratização da terra, em meio à “civilização do progresso”, cada vez mais urbanizada e consumista.

Na década de 1980 é visível no Vaticano, com a subida de João Paulo II ao papado, uma atitude conservadora, de forma a abafar os religiosos que estavam mais engajados nas lutas sociais, gerando assim conflitos internos no seio da igreja. O abafamento que a TL sofreu com o papado de Karol Wojtyla, segundo Silva (2006), ocorreu pelo temor do pontífice junto ao Vaticano, que a igreja através da Teologia da Libertação na América Latina, se tornasse um meio da implantação de regimes de extrema esquerda; Silva (2006) exemplifica afirmando que:

O próprio Leonardo Boff chegou a afirmar durante os funerais do pontífice, em abril de 2005, em um programa de televisão que vinte anos após o enquadramento que sofrera pelo Vaticano, conseguiria compreender que o temor do papa seria de que, através da TL, entrasse na América Latina um regime de extrema esquerda [...] (SILVA, 2006, p.114).

Como veremos mais ainda a seguir, a frustração que a igreja progressista teve com setores conservadores do clero, não impediu que núcleos como a CPT, atendessem as demandas dos pobres, mostrando nesse caso que os setores da Igreja, embora representado por uma única liderança, e uma estrutura hierárquica, visualizassem uma pluralidade de ações evangelizadora, por meio das várias vertentes teologias no meio do clero, principalmente no que diz respeito as mais variadas relações sociais que o catolicismo experimenta em sua evangelização.

Ressaltando o que já citamos a cima, em junho de 1975 foi o ano que surgiu a CPT tendo a partir do Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Segundo Pereira (2005), a Teologia da Libertação, começou a ganhar destaque na Paraíba entre a hierarquia católica após a chegada de Dom José Maria Pires em 1966, quando o clero, direciona os olhares para os trabalhadores rurais; a frente progressista paraibana vai ganhando nomes importantes como Dom Marcelo Cavalheira em 1975 na cidade de Guarabira - PB, e Dom Luiz Gonzaga Fernandes em 1982, tendo a liderança nordestina de Dom Helder Câmara como grande representante da teologia libertadora, onde Jesus é interpretado como um libertador, semelhante a Moisés do Egito, levando uma conscientização que o pobre deve lutar pela dignidade humana, através de ações políticas organizadas nas Comunidades Eclesiais de Base ou em pastorais como a CPT.

A CPT-PB assumiu um caráter muito próximo de “movimento social”, sendo não só mediadora nos conflitos, como também a própria impulsionadora da reforma agrária com um apoio de religiosos de base do catolicismo, que por sua vez, estavam mais inseridos nos núcleos populares, conhecendo assim, as dificuldades e esperanças do homem do campo paraibano. A princípio, alguns grupos vinculados à TL, assumiram um papel mais independente da CPT nacional, sendo intitulados no começo como Pastoral Rural, mantendo no começo apenas uma articulação ideológica com a secretaria nacional da CPT, como diz a fala do Frei Anastácio:

Em 1976 nós começamos a chamar Pastoral Rural. A CPT tinha sido criada em 1975, e em 1976 estávamos organizando a Pastoral Rural, era o Frei Hermínio, Ir. Tony. Ir. Marlene, o Padre João Maria, Gerado Leno e etc. Então em 1976 chegou aqui o Ivo Polleto, que era secretário da CPT, fez uma reunião conosco e nos convidou para formar a CPT. A gente negou por que era uma coisa de cima para baixo, era uma coisa de bispo, e agente era muito ‘basista’, era um ‘basismo da bexiga’, para a agente tudo tinha que vir da base, se não for da base nada se decide, então se discutia só base. Nós decidimos na Paraíba criar uma articulação estadual da Pastoral da Terra [...] naquele momento, o importante era essa articulação [...] (Entrevista, 17 maio de 2006, apud MITIDIERO JUNIOR, 2008 p. 306)

Esse depoimento do Frei Anastácio é uma clara descrição das características da CPT-PB, como um grupo nascido da base e conseqüentemente uma teologia libertadora mais próxima do catolicismo popular. A CPT-PB dessa forma caracteriza-se como a principal entidade ligada

diretamente à reforma agrária paraibana, tendo como sustentabilidade doutrinária a TL, e buscando através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criado em 1970, a mediação entre Camponês/Igreja/Latifúndio/Estado, junto às terras improdutivas que tem o destino legal a desapropriação para fins de reforma agrária; além da luta histórica junto aos índios e remanescentes quilombolas.

O destino legal no contexto da fundação da CPT sobre a reforma agrária, visava estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio, conforme prevê o artigo 16 do Estatuto da Terra<sup>15</sup>, Lei nº 4.504/64. (SOARES, 2010, p.1).

No início do século XXI, a pastoral paraibana, já contava com a mediação com mais de 200 assentamentos rurais conforme afirma Pereira (2005), o que se visualiza desde a década de 1970, por mais de 200 conflitos de terras registrados, colocando o Estado como um dos maiores contribuidores para a reforma agrária no Brasil, onde a CPT-PB é um pilar fundamental para a organização e mediação dessas ações.

## **Considerações finais**

Ao longo dessa breve reflexão acerca do homem pobre do campo, procuramos entender sobre a formação do campesinato brasileiro, em meio a períodos históricos que estão intimamente ligados à luta pela terra, seja pelos nativos que lutaram pela preservação de suas áreas mediante a exploração dos colonizadores, os quilombolas e seus remanescentes que através dos núcleos, buscaram afirmar as suas identidades num espaço dominado por uma cultura europeizada, ou até mesmo os trabalhadores do campo que viviam nas fazendas em situação precária, e viram na luta uma forma de alcançar direitos.

Entendemos que esse longo período histórico que configurou inúmeras lutas no campo, legitimou a formação do campesinato no país, levando em conta que essas famílias camponesas

---

<sup>15</sup> Segundo Mattos Neto (2006), o Estatuto da Terra, tinha um caráter exemplarmente técnico que na prática não demonstrava eficiência na reforma agrária, gerando até mais concentração de terras, sendo revisada pela constituição de 1988 no art. 185, que define como terras legais (fora da margem de desapropriação) a pequena e média propriedade rural e a propriedade produtiva. Para aprofundar o tema ver: MATTOS NETO, **A Questão Agrária no Brasil: Aspecto Sócio Jurídico**. Projeto História, São Paulo, n.33, p. 97-118, dez. 2006.

estabelecem por meio das várias unidades, experiências que caracterizam entre elas uma finalidade comum, visualizando assim uma classe social.

Como já dissertamos, o Estado da Paraíba está inserido num contexto histórico de consolidação das oligarquias de base familiar, essas oligarquias estiveram interligadas por uma rede a nível local que são representadas pela figura dos coronéis, grande “donos” de terras, enquanto é visualizado no espaço agrário, a uma população campesina pobre. Sendo assim, a Paraíba é um exemplo clássico na história brasileira, onde o espaço social possibilitou a experiência da luta por meio da organização do homem do campo.

Em meio ao mundo social caracterizado pelas relações de classe, materializado nos conflitos entre dominantes/dominados, a população campesina através luta, buscou sua alta afirmação em quanto população integrante do Brasil. Através da luta e mediação, a Comissão Pastoral da Terra, desenvolveu um papel interessante na Paraíba, não só como mediadora dos conflitos agrário da década de 1970 a nossos dias, mas como impulsionadora desses conflitos no campo, que tem como objetivo, levar justiça social à população campesina, que historicamente tem sido oprimida nas relações socioeconômicas, sendo caracterizadas numa geografia desigual, cabendo assim, à reforma agrária como amenizadora das desigualdades sociais no Brasil.

A Igreja progressista, por meio de uma doutrina libertadora, pode se aproximar da população pobre do campo, sendo ela, um elemento singular no contexto paraibano que como afirmamos acima, ajudou a colocar o Estado da Paraíba como um dos principais contribuidores para a reforma agrária no Brasil com ajuda do trabalho da CPT.

**Abstract:**

The studies about conflicts field in Paraíba, as nationwide, have many works on recent years, from different theoretical perspective, dipped in the most varied areas of Humanities. Our objective on this article is presents an analysis about the agrarian question in Brazil, viewing the agrarian conflicts, that allowed various experiences of struggle, which the Brazilian's peasantry was consolidated as social class. We used numerous approaches, realized in several researches, as well as their empirical aspects; contextualizing historically with the CPT (Comissão Pastoral da Terra) [Pastoral Land Commission] and its performance, contributing as a mediator and promoter of agrarian reform in State of Paraíba.

**Key-words:** Agrarian question; The rural poor; CPT; Paraíba

## REFERENCIAS

ARIES, José Luciano de Queiroz. **A Fabricação do mito João Pessoa: uma cultura histórica heroicizante na Paraíba 1930.** In SANTOS NETO, Martinho Guedes; COSTA, Robson Xavier (Orgs.). Pesquisa em História: temas e abordagens. João Pessoa UFPB. 2009, p. 135-160.

ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a Palavra “Sertão”: Origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica**, Bauru, v. n.15, p. 84-87, Jan/Dez. 2011.

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 39-79 mai/ago, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação.** Campinas: Papius, 1996.

BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. **“Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe Operária em Volta Redonda”.** 2007. 320 f. Tese (Doutoramento em educação) – Faculdade de Educação do Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CAMARA FEDERAL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.** Portal Câmara. Disponível em < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1558>> Acesso em: 30 mai. 2014.

SENADO FEDERAL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937.** Portal Senado. Disponível em< <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/137571>> Acesso em: 30 maio. 2014.

BENEVIDES, Cesar. **Camponês em Marcha.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: Momentos decisivos.** 6 ed. São Paulo: Unesp. 1999.

CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Os pobres possuirão a terra (Sl 37,11)**: pronunciamentos de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

FERREIRA, de Jesus Fabiano; BRANDÃO Elias Canuto. Educação no Campo: Um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**, Cascavel, n. 9, p. 01-14, 2011.

FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1984. (História Geral da Civilização Brasileira: tomo III, volume 1).

GURJÃO, Eliete Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1989-1945)**. João Pessoa: UFPB, 1994.

GULLAR, Ferreira. **Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, n. 36, p. 5, mar. 2012.

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Do descobrimento à expansão territorial**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1984. (História Geral da Civilização Brasileira: tomo I, volume 1).

HENN, Leonardo Guedes. A virada tática comunista do final da década de 1920: do BOC ao obreirismo. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v.1, n. 3, p. 287-299, mar, 2012.

JESUS, Alex Dias de. Das Ligas ao MST: luta pela terra e territorialidade camponesa. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, n. 47, 2011.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEMO, Assis; PORFÌRIO, Waldir. **João Pedro Teixeira: A saga de um mártir**. Campina Grande: Eduepb. 2013.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOPES, Sergio Leite. História e Transformações do Sindicalismo Brasileiro. **Revista Theomai**, Argentina, n. 19, p. 31-46, 2009.

MATTOS NETO, Antonio José de. A Questão Agrária no Brasil: Aspecto Sócio Jurídico **Projeto História**, São Paulo, n.33, p. 97-118, dez. 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. mar, 2009. Disponível em: <[http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2009/nota\\_tecnica\\_a\\_luta\\_por\\_terra\\_no\\_brasil\\_e\\_o\\_movimento\\_dos.pdf](http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2009/nota_tecnica_a_luta_por_terra_no_brasil_e_o_movimento_dos.pdf)> Acesso em: 19 mar de 2014.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 3 ed. São Paulo: Ática.. 1993.

MUNIZ, Roberto Silva. **A Fabricação de João Pedro Teixeira: como o Herói Camponês**. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. **A ação Territorial de Uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra na Paraíba**. 2008. 502 f. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MIRANDA, Maria Bernadete. História do Sindicalismo no Brasil. **Revista Virtual Direito Brasil**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 01-04, 2011.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto? O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920**. João Pessoa: UFPB, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Alonga marchado campesinato brasileiro: Movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set/dez. 2001.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das Cercas: Um olhar educativo sobre a reforma agrária**. João Pessoa: Ideia, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: Das ligas aos assentamentos rurais**. João Pessoa: Ideias, 2009.

PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras Vermelhas: A presença dos comunistas na Paraíba (1900 - 1960)**. João Pessoa: Texto Arte, 2003.

REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. **Zumbi: historiografia e imagens**. 2004. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

SILVA, Célia Nonata da; DIAS, Renato. **Justiça Privada e Banditismo: Um Estudo sobre as Formas de Acomodação de Poder no Brasil Setecentista**. Revista Crítica Histórica, v. 2, n. 3. 2011. Disponível em < [www.revista.ufal.br](http://www.revista.ufal.br) > Acesso em 8 de abril de 2014.

SILVA, Simone Rezende da. Quilombos no Brasil: A memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica**, 2012.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **Teologia da Libertação: Revolução e reação interiorizada na Igreja**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.

SEYFERT, Giralda. Colonização, Imigração e a Questão Agrária no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar/mai. 2002.

SANTOS, Leonardo Soares dos. As Ligas Camponesas do PCB: A transformação da questão agrária em questão política (1928-1947). **Trocadero**, Rio de Janeiro, m 17, p 77-98, 2005.

SOARES, Helena Ribeiro. **A Desapropriação do Imóvel Rural, por Interesse Social para fins de Reforma Agrária**. 2010. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

THOMPSON. E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. v. 1, A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UOL, Portal Economia. **PIB agrícola bate R\$ 1 trilhão e chega a 23% do PIB brasileiro, diz CNA.** Disponível em <[www.economia.uol.com.br](http://www.economia.uol.com.br)> Acesso em 06 de mar de 2014.

VERSIAN, F; SUZIGAN, W. O Processo de Industrialização no Brasil: uma Visão Geral. In: Seminário sobre Industrialização da América Latina, 1989, Puebla, **Seminário sobre Industrialização da América Latina**, 1989, p. 1-31.